

# Causas do aquecimento

29 ABR 1986

*Economia - Brasil*

por Cláudia Safatle  
de São Paulo

O ex-ministro Mário Henrique Simonsen disse ontem, durante seminário no Rio de Janeiro, que "em nenhuma hipótese o congelamento de preços pode ocorrer em um momento de aquecimento da economia".

O ex-ministro ponderou que, se o governo constatar que o aquecimento da demanda é um problema "definitivo", ele poderá agir, reduzindo "a velocidade de remonetização da economia", acentuando ainda que, antes da liberalização de preços, "entraremos numa fase intermediária, de controle, e alguns preços

serão reajustados para cima e outros para baixo".

Para o empresário Paulo Vellinho, presidente do grupo Springer, que esteve ontem com o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, não está havendo, no momento, problemas de superaquecimento da demanda. Segundo disse ao repórter Aldo Renato Soares, deste jornal, as dificuldades do plano de estabilização "são domésticas" e o déficit do setor público é "a questão a ser ajustada".

Na opinião do empresário, se o governo controlar suas contas, corresponderá "às expectativas da iniciativa privada, que se está ajustando", assegurando que a médio prazo os problemas de abastecimento estarão "normalizados".

Convidado para falar sobre a experiência de combate à inflação em Israel, num seminário no Rio, o economista alemão Rüdger Dornbusch, radicado nos Estados Unidos, considerou que o déficit do setor público está bem equacionado, porque o governo fez a reforma fiscal em dezembro passado.

Para ele, "o calcanhar-de-aquiles" do programa localiza-se não no déficit mas na taxa cambial. "Com o passar dos meses, a renda fica sobrevalorizada e os investimentos começarão a cair", disse ele, segundo relato do editor George Vidor, deste jornal.

As avaliações da economia pós-pacote econômico são as mais variadas. O economista Pêrsio Arida, um dos mentores do programa de estabilização,

acredita que a demanda está superaquecida, mas por três motivos básicos: o Imposto de Renda retido na fonte foi menor a partir de janeiro; a ilusão da correção monetária afugentou os investidores em poupança, que transformaram parte dos depósitos em consumo; e, no processo de conversão dos salários pela média, mais trabalhadores foram reajustados acima da média do que abaixo e a isso somou-se o abono de 8%. "Pode haver problemas de déficit público, também, mas não se podem ignorar esses três outros fatos", ponderou Arida.

Na ótica do empresário Luis Eulalio de Bueno Vidigal Filho, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), o aquecimento da demanda deveria ser atacado com "o descongelamento gradual dos preços". Segundo ele, outras medidas, "como a eleva-

ção das taxas de juros e o corte nos investimentos, comprometem o programa de estabilização", relatou o repórter Thales Guaracy, deste jornal.

Alguns economistas do governo passado, consultados por este jornal, mostraram-se preocupados com os sinais de déficit no setor público e com as baixas taxas de juros numa situação de exacerbação da demanda, que "está mais aquecida do que deveria", segundo o presidente da FIESP.

"É claramente uma visão equivocada" acusar o déficit no setor público como causador inclusive da inflação passada, argumentou o economista Pêrsio Arida, justificando que a elevação de preços provocada pelo "choque agrícola" foi a responsável pela mudança de patamar da inflação.

(Continua na página 3)

GAZETA MERCANTIL